	<p style="text-align: center;">DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL E FINANÇAS SECÇÃO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA E GESTÃO DE STOCKS</p>
---	---

## Caderno de Encargos

### PROCEDIMENTO POR CONCURSO PÚBLICO N.º 12/24

(Nos termos do disposto na al. a), b), c) ou d), do n.º 1 do art.º 20.º do CCP)

#### Capítulo I

#### Disposições Gerais

#### Cláusula 1ª

##### Objeto

**1.1.** O presente procedimento tem por objeto a "**Aquisição de serviços de aluguer, transporte, montagem e desmontagem de contentores modulares para as instalações provisórias da Escola Secundária da Louçã e da Escola Básica n. º2 - por lotes**".

**1.2.** O Objeto do concurso compreende 2 (dois lotes), sendo admitidas propostas para um deles, ou para todos os lotes, mas neste último caso, as propostas devem ser submetidas separadamente por lote:

- **Lote 1** - Aluguer, transporte, montagem e desmontagem de contentores modulares para a instalação provisória da Escola Secundária da Louçã;
- **Lote 2** - Aluguer, transporte, montagem e desmontagem de contentores modulares para a instalação provisória da Escola Básica n. º2 da Louçã.

**1.3.** A concretização dos trabalhos da prestação de serviços de aluguer de contentores, rege-se de acordo com as especificações técnicas e referência a aspetos essenciais, constantes do caderno de encargos do procedimento, especificadas para cada lote.

#### Cláusula 2ª

##### Preço base

**1** - Pelo aluguer do objeto do contrato a celebrar o Município da Louçã dispõe-se pagar ao fornecedor o preço base global de **771.659,41€ (setecentos e setenta e um mil, seiscentos e cinquenta e nove euros e quarenta e um cêntimos)**, acrescido de IVA a taxa em vigor, sendo o preço máximo a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato distribuído por lotes da seguinte forma:

- **Lote 1** - Aluguer, transporte, montagem e desmontagem de contentores modulares para a instalação provisória da Escola Secundária da Lousã: **379.405,83€ (trezentos e setenta e nove mil, quatrocentos e cinco euros e oitenta e três cêntimos)**, acrescido do IVA à taxa legal em vigor;
- **Lote 2** - Aluguer, transporte, montagem e desmontagem de contentores modulares para a instalação provisória da Escola Básica n.º 2 da Lousã: **392.253,58€ (trezentos e noventa dois mil, duzentos e cinquenta e três euros e cinquenta e oitos cêntimos)**, acrescido do IVA à taxa legal em vigor.

E ainda, condicionado ao preço máximo unitário a pagar pelo aluguer de contentores para o **lote 1**, da seguinte forma:

Tipo de Módulos	Descrição	Preço base
0	Transporte de entrega e levantamento / Montagem e desmontagem	68 000,00 €
1	Aluguer de contentores para salas de aula e outros serviços de apoio escolar	505,21 €
2	Aluguer de contentores para salas de aula -Laboratório	538,21 €
3	Aluguer de contentores para Instalações Sanitárias F	205,07 €
4	Aluguer de contentores para Instalações Sanitárias M	205,07 €
5	Aluguer de contentores para Instalações Sanitárias- Mobilidade Condicionada	238,07 €
6	Aluguer de contentores para Instalações Sanitárias F/M Prof	205,07 €
7	Aluguer de contentor para Portaria	155,57 €

E ainda, condicionado ao preço máximo unitário a pagar pelo aluguer de contentores para o **lote 2**, da seguinte forma:

Tipo de Módulos	Descrição	Preço base
0	Transporte de entrega e levantamento / Montagem e desmontagem	68 000,00 €
1	Aluguer de contentores para salas de aula e outros serviços de apoio escolar - 1.º andar	565,00 €
2	Aluguer de contentores para salas de aula e outros serviços de apoio escolar - r/c	505,21 €
3	Aluguer de contentores para Instalações Sanitárias F	205,07 €
4	Aluguer de contentores para Instalações Sanitárias M	205,07 €
5	Aluguer de contentores para Instalações Sanitárias- Mobilidade Condicionada	238,07 €
6	Aluguer de contentores para Instalações Sanitárias F/M Prof	205,07 €

**2-** Os preços constantes no número anterior são o preço máximo aceite a ser apresentado em sede de proposta.

**3 -** O preço base fixado no parágrafo anterior fundamenta-se nos preços atualizados de mercado obtidos através da consulta preliminar prevista no art.º 35.º-A.

### Cláusula 3ª

#### Contrato

**1** - O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.

**2** - Será realizado um contrato por cada lote.

**3** - O clausulado do contrato deverá conter os seguintes elementos:

- a)** A identificação das partes e dos respetivos representantes, assim como do título a que intervêm, com indicação dos atos que os habilitem para esse efeito;
- b)** A indicação do ato de adjudicação e do ato de aprovação da minuta do contrato;
- c)** A descrição do objeto do contrato;

- d)** O preço contratual ou o preço a receber pela entidade adjudicante ou, na impossibilidade do seu cálculo, os elementos necessários à sua determinação;
- e)** O prazo de entrega;
- f)** Os ajustamentos aceites pelo adjudicatário;
- g)** A referência à caução prestada pelo adjudicatário;
- h)** Se for o caso, a classificação orçamental da dotação por onde será satisfeita a despesa inerente ao contrato, a realizar no ano económico da celebração do mesmo ou, no caso de tal despesa se realizar em mais de um ano económico, a indicação da disposição legal habilitante ou do plano plurianual legalmente aprovado de que o contrato em causa constitui execução ou ainda do instrumento, legalmente previsto, que autoriza aquela repartição de despesa;
- i)** A identificação do gestor do contrato em nome da entidade adjudicante, nos termos do artigo 290.º -A;
- j)** As eventuais condições de modificação do contrato expressamente previstas no caderno de encargos, incluindo cláusulas de revisão ou opção, claras, precisas e inequívocas.

**2 -** O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:

- a)** Os suprimientos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar, nos termos do disposto no artigo 50.º do CCP;
- b)** Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
- c)** O presente Caderno de Encargos;
- d)** A proposta adjudicada;
- e)** Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.

**3 -** Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a prevalência é determinada pela ordem pela qual são indicados nesse número.

**4 -** Em caso de divergência entre os documentos referidos no nº 2 e o clausulado do contrato, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101º desse mesmo diploma legal.

#### **Cláusula 4ª**

##### **Prazo de Execução**

**1 -** O contrato entra em vigor na data da sua outorga, com a seguinte duração:

- **Lote 1** - 18 meses, sendo 17 meses para o aluguer de contentores e 1 mês para montagem e desmontagem, nas condições discriminadas no ponto 2;
- **Lote 2** - 18 meses, sendo 17 meses para o aluguer de contentores e 1 mês para montagem e desmontagem, nas condições discriminadas no ponto 2.

**2** - O período de aluguer de contentores, por lote, é a seguinte e nas condições estabelecidas no caderno de encargos e condições técnicas especiais:

- **Lote 1** – 18 meses, sendo que, após 30 dias da data de outorga do contrato, será o início da vigência do aluguer, os módulos estarão obrigatoriamente entregues, montados e nas devidas condições de utilização e a sua recolha e desmontagem de todos os equipamentos e infraestruturas provisórias, se fará no prazo máximo de 10 dias após o término da vigência do mesmo, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.
- **Lote 2** – 18 meses, sendo que, após 30 dias da data de outorga do contrato, será o início da vigência do aluguer, os módulos estarão obrigatoriamente entregues, montados e nas devidas condições de utilização e a sua recolha e desmontagem de todos os equipamentos e infraestruturas provisórias se fará no prazo máximo de 10 dias após o término da vigência do mesmo, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

**3** - Se o prazo previsível de aluguer de contentores for prorrogado, o adjudicatário obriga-se a prorrogar a presente prestação de serviços, tendo em consideração os preços da proposta equivalente ao valor pago mensalmente, conforme indicado na alínea c) do nº2 da Cláusula 13ª.

**4** - O aluguer realizado pelo adjudicatário durante a prorrogação do prazo, será pago de acordo com o período e materiais necessários, e efetivamente utilizados.

## **Capítulo II**

### **Obrigações Contratuais**

#### **Secção I**

##### **Obrigações do Adjudicatário**

##### **Subsecção I**

##### **Disposições Gerais**

#### **Cláusula 5ª**

##### **Obrigações principais do adjudicatário**

**1** - Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o adjudicatário as seguintes obrigações principais:

- a)** Obrigação de cumprir integralmente o indicado nas **Cláusulas Técnicas** do Caderno de Encargos.

- b)** Comunicar, antecipadamente, à Câmara Municipal os factos que tornem total ou parcialmente impossível a prestação de serviços do presente procedimento ou o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações;
- c)** Obrigação de proceder à execução de todos os trabalhos necessários para início do aluguer de contentores, no prazo máximo de 15 dias após outorga do contrato, de acordo com os termos e condições, especificações técnicas e referência a aspetos essenciais, constantes do presente caderno de encargos e outros documentos do procedimento;
- d)** O adjudicatário obriga-se a recorrer a todos os meios humanos e materiais que sejam necessários e adequados à execução do contrato;
- e)** Obrigação de executar os serviços identificados na sua proposta, de acordo com as especificações técnicas exigidas e anexas ao presente caderno de encargos;
- f)** Obrigação de manter o bem locado em perfeitas condições de utilização, efetuando as reparações e os trabalhos de manutenção que se tornarem necessários;
- g)** Obrigação de proceder às reparações e trabalhos de manutenção que sejam necessários, no prazo máximo de 3 dias após comunicação por escrito pela Entidade Adjudicante e em horário acordado entre as partes, de forma a não comprometer a utilização;
- h)** Obrigação de garantia dos bens;
- i)** Obrigação de cumprir os prazos de entrega referidos no presente caderno de encargos;
- j)** Obrigação de entrega dos bens no lugar e prazo indicado no presente caderno de encargos, de acordo com as plantas em anexo, podendo haver ajustes na implantação dos mesmos por acordo entre as partes;
- k)** Comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato e que altere, designadamente, a sua denominação social, os seus representantes legais, a sua situação jurídica e a sua situação comercial;
- l)** Obrigação de manter sigilo e garantir a confidencialidade, não divulgando quaisquer informações que obtenham no âmbito da formação e da execução do contrato, nem utilizar as mesmas para fins alheios àquela execução, abrangendo esta obrigação todos os seus agentes, funcionários, colaboradores ou terceiros que nelas se encontrem envolvidos;
- k)** Possuir todas as autorizações, consentimentos, aprovações, registos e licenças necessários para o pontual cumprimento das obrigações assumidas no contrato

**2 -** O Adjudicatário fica sujeito ao cumprimento das disposições legais e regulamentares em vigor sobre segurança, higiene e saúde no trabalho relativamente a todo o pessoal afeto ao cumprimento do objeto do contrato, correndo por sua conta os encargos que resultem do cumprimento de tais obrigações e de toda a legislação aplicável ao objeto do contrato.

- 3** - O adjudicatário obriga-se a celebrar um seguro de acidentes de trabalho, cuja apólice deverá abranger todo o pessoal envolvido na presente prestação de serviços, bem como um seguro de responsabilidade civil
- 4** - O adjudicatário é responsável por todos os danos ou prejuízos causados à entidade adjudicante decorrentes de quaisquer erros ou omissões na prestação do serviço.

#### **Cláusula 6.ª**

##### **Conformidade dos bens**

- 1** - O adjudicatário obriga-se a entregar ao contraente público os bens objeto do Contrato de acordo com as características, especificações e requisitos técnicos previstos no presente caderno de encargos e restantes peças do procedimento.
- 2** - O material objeto do Contrato deve ser entregue em perfeitas condições de ser utilizado para os fins a que se destina e dotado de todas as condições e características necessárias à sua aplicação.
- 3** - É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina os aspetos relativos à garantia de bens de consumo, e das garantias a ela relativas, no que respeita à conformidade dos bens.
- 4** - O adjudicatário é responsável perante o Município da Lousã por qualquer defeito ou discrepância do material objeto do Contrato que exista quando o material lhe é entregue.

#### **Cláusula 7.ª**

##### **Entrega dos bens objeto do contrato**

- 1** - Os bens a alugar, de acordo com o lote, serão entregues no local que seguidamente se descreve e instalados na hora e data a definir com o Município da Lousã, cumprindo o prazo de entrega estipulado, devendo os mesmos estarem em condições de funcionamento e utilização, no seguinte local:
- a) Lote 1** -Escola Secundária da Lousã, sita na Rua Antonino Henriques, 3200-232Lousã;
- b) Lote 2** -Escola Básica n. º2 da Lousã, sita na Rua Engenheiro Gil D`Orey, 3200-240 Lousã.
- 2** - Todas as despesas e custos com o transporte, montagem e desmontagem, são da responsabilidade do fornecedor, em conformidade com as especificações técnicas.

#### **Cláusula 8.ª**

##### **Garantia técnica**

- 1** - O adjudicatário garantirá, sem qualquer encargo para o Município da Lousã, os bens prestados durante a vigência do contrato.
- 2** - Durante o prazo de garantia o concorrente obriga-se, sem qualquer encargo para o Município da Lousã, exceto nos casos previstos no n.º 3 da presente cláusula, a realizar

todas as operações necessárias às boas condições de funcionamento das prestações objeto do contrato.

**3** - Em caso de anomalia detetada no objeto do contrato, o adjudicatário compromete-se a intervir, sem prejuízo do direito ao pagamento dos honorários devidos se a anomalia resultar de facto não imputável ao adjudicatário.

## **Subsecção II**

### **Dever de sigilo**

#### **Cláusula 9ª**

##### **Objeto do dever de sigilo**

**1** - O adjudicatário deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Município da Lousã, de que possa ter conhecimento por conta da execução do contrato.

**2** - A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem ser objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.

**3** - Exclui-se do dever de sigilo previsto, a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público, à data da respetiva obtenção pelo prestador de serviços, ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

**4** - O cocontratante deve prestar ao contraente público todas as informações que este lhe solicitar e que sejam necessárias à fiscalização do modo de execução do contrato, devendo o contraente público satisfazer os pedidos de informação formulados pelo cocontratante e que respeitem a elementos técnicos na sua posse, cujo conhecimento se mostre necessário à execução do contrato.

**5** - Salvo quando, por força do contrato, caiba ao cocontratante o exercício de poderes públicos, compete exclusivamente ao contraente público a satisfação do direito à informação, por parte de particulares, sobre o teor do contrato e quaisquer aspetos da respetiva execução.

**6** - O contraente público e o cocontratante guardam sigilo sobre quaisquer matérias sujeitas a segredo nos termos da lei às quais tenham acesso por força da execução do contrato.

**7** - O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de cinco anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

**Secção II**  
**Obrigações da entidade adjudicante**

**Cláusula 10.ª**

**Preço Contratual**

**1** - Pelo procedimento objeto do presente contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o Município da Lousã deve pagar ao adjudicatário o preço constante da proposta adjudicada, para cada lote, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, a qual não poderá ser superior ao valor base referido na cláusula 1.ª do presente caderno de encargos.

**2** - O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, nomeadamente os relativos ao transporte para o respetivo local de entrega, montagem e todas as infraestruturas e interligações necessárias para a sua boa utilização e desmontagem dos bens objeto do contrato, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

**Cláusula 11.ª**

**Revisão de Preços**

Não haverá lugar a revisão de preços durante a vigência do Contrato.

**Cláusula 12.ª**

**Modificações Contratuais**

Nos termos previstos na alínea a) do artigo 312º do CCP, quando se verifique atraso no cumprimento do objeto do contrato, por impossibilidade de o prestador obter materiais necessários para efetivação das prestações, por motivos que comprovadamente não lhe sejam imputáveis, o dono de obra pode aceitar, no prazo de 20 dias a contar da receção do pedido, prorrogar o prazo de execução, pelo tempo estritamente necessário, sem qualquer penalização e sem qualquer pagamento adicional ao prestador de serviços.

**Cláusula 13ª**

**Condições de pagamento**

**1** - As quantias devidas pelo Município da Lousã, nos termos da(s) cláusula(s) anterior(es), deve(m) ser paga(s) no prazo de 60 dias após a receção das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação.

**2** - Os pagamentos do fornecimento, montagem e desmontagem de infraestruturas exteriores provisórias de ligação das salas modulares até ao ponto de abastecimento



ou entrega nas redes de eletricidade, telecomunicações, abastecimento de águas e drenagem de águas residuais, serão efetuados da seguinte forma:

- a)** 50 % do valor do Transporte de entrega / Montagem com a conclusão do transporte e efetivação da montagem dos mesmos;
- b)** 50% do valor do Transporte de levantamento / Desmontagem com efetivação da desmontagem dos mesmos e transporte dos mesmos;
- c)** Os restantes valores serão pagos numa periodicidade mensal, durante o prazo previsto na alínea a) do ponto 1.1 da clausula 4.ª.

**3** - Para os efeitos dos números anteriores, a obrigação considera-se vencida com o cumprimento mensal da prestação na parte respeitante ao aluguer dos módulos objeto do Contrato.

**4** - Em caso de discordância por parte do Município da Lousã, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao prestador de serviços, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o prestador obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida, no prazo 30 dias, ou atuar de acordo com as normas contabilísticas legalmente aceites.

**5** - A(s) fatura(s) referente ao presente contrato só poderão ser emitidas após o vencimento da obrigação que lhes subjaz, a emitir mensalmente, devendo a emissão da fatura por parte do prestador ocorrer no prazo de 5 dias após a receção daquele compromisso e fazer obrigatoriamente referência aos respetivos números de cabimento e de compromisso.

**6** - Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, as faturas serão pagas através de transferência bancária para o IBAN indicado pelo prestador respetiva.

#### **Cláusula 14.ª**

##### **Obrigatoriedade de faturação eletrónica**

**a)** De acordo com a Diretiva 2014/55/EU e DL n.º 123/2018, de 28/12, na sua redação atual, a partir de 18 de abril de 2020, o contraente público fica obrigada a receber faturas eletrónicas no modelo a que se refere o n.º 3 do artigo 299.º-B do DL n.º 111-B/2017 de 31 de agosto.

**b)** Até 31 de dezembro de 2020, os cocontratantes podiam utilizar mecanismos de faturação diferentes dos previstos pelo artigo 299.º-B do DL n.º 111-B/2017, de 31/08, tornando-se obrigatória a sua utilização a partir desse momento.

**c)** O prazo estabelecido pelo número anterior foi alargado, até 31 de dezembro de 2024, para as micro, pequenas e médias empresas, de acordo com os prazos estabelecidos pelo DL n.º 42-A/2022, de 30/06.

**d)** O modelo integrado de receção de faturação eletrónica adotado pelo contraente público é o EDI (Intercâmbio Eletrónico de Dados), tendo o cocontratante o dever de remeter os seus documentos de débito através de interligação do seu software de faturação com a plataforma Saphety.

## **Capítulo III**

### **Cláusula 15.ª**

#### **Penalidades contratuais e resolução**

- 1** - Pelo incumprimento de obrigações emergentes do Contrato, o Município da Lousã pode exigir ao adjudicatário o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:
  - a)** O incumprimento das obrigações contratualmente estipuladas sujeitará o adjudicatário, por cada dia de atraso, à aplicação de uma multa diária até um por mil do valor total do contrato;
  - b)** Por cada dia de atraso na obrigação de proceder às reparações e trabalhos de manutenção que sejam necessários, decorrido o prazo máximo de 5 dias após comunicação por escrito pela Entidade Adjudicante e nas condições previstas neste Caderno de Encargos, o adjudicatário ficará sujeito a uma multa diária até um por mil do valor total do contrato;
  - c)** Pelo incumprimento da obrigação de continuidade da prestação de serviços, até 30% do preço contratual e em último caso a resolução do próprio Contrato.
- 2** - A resolução do contrato por incumprimento do prestador de serviços não prejudica também o direito da entidade adjudicante, a uma indemnização nos termos gerais de direito.
- 3** - Ao valor da indemnização a que se refere o número anterior serão deduzidas as importâncias pagas pelo prestador de serviços ao abrigo da alínea a) do n.º 1, relativamente aos serviços cujo atraso na respetiva conclusão tenha determinado a resolução do contrato.
- 4** - Na determinação da gravidade do incumprimento, a entidade adjudicante, tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do prestador de serviços e as consequências do incumprimento.
- 5** - O Dono de Obra, pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
- 6** - O atraso de um mês de aluguer face ao estabelecido contratualmente, será considerado incumprimento, podendo o Município da Lousã proceder à resolução de contrato com o adjudicatário e aplicação do art.º 318.º A do CCP.

### **Cláusula 16ª**

#### **Casos fortuitos ou de força maior**

- 1** - Nenhuma das partes incorrerá em responsabilidade se, por caso fortuito ou de força maior – entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente

exigível contornar ou evitar – for impedido de cumprir as obrigações assumidas no contrato.

**2 -** A parte que invocar casos fortuitos ou de força maior deverá comunicar e justificar tais situações à outra parte, bem como informar o prazo previsível para restabelecer a situação.

**3 -** Não constituem força maior, designadamente:

**a)** Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do adjudicatário, na parte em que intervenham;

**b)** Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do adjudicatário ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;

**c)** Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;

**d)** Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo adjudicatário de normas legais;

**e)** Incêndios ou inundações com origem nas instalações do adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;

**f)** Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do adjudicatário não devidas a sabotagem;

**g)** Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

**4 -** A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

## **Capítulo IV**

### **Resolução de litígios**

#### **Cláusula 17.ª**

##### **Resolução por parte do contraente público**

**1 -** Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, o Município da Lousã pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o adjudicatário violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente em caso de atraso, total ou parcial, na execução do objeto do contrato.

**2 -** O incumprimento, por parte do adjudicatário, confere, nos termos gerais do direito, ao contraente público, além da faculdade de rescindir o contrato, o direito às correspondentes indemnizações legais.

**3** - O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao adjudicatário e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pelo Município da Lousã.

#### **Cláusula 18.ª**

##### **Resolução por parte do cocontratante**

**1** - Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o adjudicatário pode resolver o contrato quando qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de seis meses ou quando o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros.

**2** - O direito de resolução é exercido por via judicial.

**3** - Nos casos previstos no n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada ao Município da Lousã, que produz efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.

**4** - A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo fornecedor, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do Código dos Contratos Públicos.

#### **Clausula 19.º**

##### **Foro competente**

A resolução de litígios emergentes do contrato decorrente do presente procedimento de aquisição obedecerá ao disposto no art.º 476.º do CCP.

#### **Capítulo IV**

##### **Disposições Finais**

#### **Cláusula 20.ª**

##### **Subcontratação e cessão da posição contratual**

**1** - A subcontratação pelo adjudicatário e a cessão da posição contratual por qualquer das partes dependerá da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

**2** - Atento o disposto no número anterior, o adjudicatário não pode ceder a sua posição contratual no contrato, ou qualquer dos direitos ou obrigações que dele decorram, sem autorização, prévia e por escrito, do contraente público.

**3** - Para efeitos da autorização referida no número anterior, o cessionário deve apresentar toda a documentação exigida ao fornecedor no âmbito do procedimento que deu origem ao contrato.

**4** - O cessionário, que deve deter a necessária capacidade técnico-financeira para assegurar o bom, exato e pontual cumprimento do contrato, deve comprovar, designadamente, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no artigo 55.º do CCP.

#### **Cláusula 21ª**

##### **Comunicações e notificações**

**1** - Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no Contrato.

**2** - Qualquer alteração das informações de contacto constantes do Contrato deve ser comunicada à outra parte.

#### **Cláusula 22ª**

##### **Contagem dos prazos na fase de formação dos contratos e da execução dos contratos**

A contagem dos prazos na fase de formação dos contratos e da execução dos contratos, far-se-á nos termos respetivamente do artigo 470º e do artigo 471º do CCP.

#### **Cláusula 23ª**

##### **Gestor do Contrato**

Para efeitos do disposto no artigo 290.º-A, do Código dos Contratos Públicos, informa -se que o gestor de contrato será identificado no contrato a celebrar na sequência do presente procedimento.

#### **Cláusula 24ª**

##### **Legislação aplicável**

Em tudo o que for omissa no presente Caderno de Encargos, observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos, na redação atual, e demais legislação portuguesa em vigor.

## **Cláusulas Técnicas**

### **“Aquisição de serviços de aluguer, transporte, montagem e desmontagem de contentores modulares para as instalações provisórias da Escola Secundária da Lousã e da Escola Básica n.º 2-por lotes”**

A Escola Secundária da Lousã e a Escola Básica n.º 2 da Lousã serão alvo de empreitadas de reabilitação, no âmbito do Aviso n.º 01/C06-i09/2023- Programa de Recuperação/Reabilitação de Escolas, financiadas pelo Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), pelo que se impõe a criação de infraestruturas provisórias que permitam o normal funcionamento das escolas e das suas atividades em condições de conforto e segurança para a comunidade escolar.

O contrato em apreço, dividido em 2 lotes, prevê 18 meses de execução. Pretende-se que sejam apresentadas propostas com valor mensal para o aluguer de cada uma das tipologias de módulos e um valor de montagem e desmontagem dos módulos de contentores e com a entrega e recolha de todos os módulos, que incluirá todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao Município da Lousã não havendo, portanto, lugar ao pagamento de qualquer outro custo.

Os módulos para as instalações provisórias deverão ter as seguintes características técnicas:

#### **1. MÓDULOS**

Os módulos de contentores destinados a:

- Instalação provisória de salas de aulas para o R/c e Piso 1 (onde se aplicar) devem ser módulos com as dimensões compreendidos entre 6,00mx2,40m a 6,00mx3,00m.

Para as salas de aulas constantes no Piso 1, deverá ser contemplado escadas de acesso.

- Instalação provisória de laboratórios e outras devem ser módulos com as dimensões compreendidos entre 6,00mx2,40m a 6,00mx3,00m.

- Instalações Sanitárias: devem ser módulos com as dimensões compreendidos entre 6,00mx2,40m a 6,00mx3,00m.

- Instalações Sanitárias de mobilidade reduzida: devem ser módulos que deverá possuir as dimensões necessárias para o cumprimento das regras das acessibilidades.

- Portaria: devem ser módulos com as dimensões compreendidos entre 2,40mx2,40m a 3,05mx3,00m.

Deverão ser constituídos por materiais que assegurem conforto e flexibilidade de configuração de espaços, sendo a solução ideal para diversas utilizações.

O edifício pré-fabricado deverá ser constituído por uma justaposição de módulos, pré-fabricados, transportados e montados no local.

## **1.1. COMPOSIÇÃO DOS ESPAÇOS**

### **LOTE 1 -Aluguer, transporte, montagem e desmontagem de contentores modulares para a instalação provisória da Escola Secundária da Lousã**

**Tipo 1: 30 salas**, com 3 módulos cada (considerar 1 porta exterior e 5 janelas)

Tipo 2: 4 Salas com a função de Laboratório (considerar 1 porta exterior e 5 janelas)

Tipo 3: 1 módulo destinado a IS Feminino compartimentado com 6 sanitas e 4 lavatórios (considerar 2 porta e 2 janelas de ventilação) com a dimensão compreendida entre 6,00mx2,40m a 6,00mx3,00m.

Tipo 4: 1 módulo destinado a IS Masculino, compartimentado com 6 sanitas, 2 urinol e 2 lavatórios (considerar 2 porta e 2 janelas de ventilação) com a dimensão compreendida entre 6,00mx2,40m a 6,00mx3,00m.

Tipo 5: 1 módulo destinado a IS Mobilidade Condicionada com 1 sanita e 1 lavatório (considerar 1 porta e 1 janela de ventilação) e deverá possuir as dimensões necessárias para o cumprimento das regras das acessibilidades.

Tipo 6: 1 módulo destinado a IS Feminino/ IS Masculino para docentes deverá ter a dimensão compreendida entre 6,00mx2,40m a 6,00mx3,00m e ser compartimentado com a seguinte definição:

- IS Feminino: 3 sanitas e 2 lavatórios (considerar 1 porta e 1 janela de ventilação)

- IS Masculino: 3 sanitas, 1 lavatórios e 1 urinol (considerar 1 porta e 1 janela de ventilação).

Tipo 7: 1 Portaria com módulos com as dimensões compreendidos entre 2,40mx2,40m a 3,05mx3,00m.

### **LOTE 2- Aluguer, transporte, montagem e desmontagem de contentores modulares para a instalação provisória da Escola Básica n. º2 da Lousã**

Deveram ser considerados os seguintes espaços:

Tipo 1: 9 salas, com 3 módulos cada (considerar 1 porta exterior e 5 janelas), com escadas de acesso.

Tipo 2: 26 salas, com 3 módulos cada (considerar 1 porta exterior e 5 janelas).

Tipo 3: 1 módulo destinado a IS Feminino compartimentado com 6 sanitas e 4 lavatórios (considerar 2 porta e 2 janelas de ventilação) com a dimensão compreendida entre 6,00mx2,40m a 6,00mx3,00m.

Tipo 4: 1 módulo destinado a IS Masculino, compartimentado com 6 sanitas, 2 urinol e 2 lavatórios (considerar 2 porta e 2 janelas de ventilação) com a dimensão compreendida entre 6,00mx2,40m a 6,00mx3,00m.

Tipo 5: 1 módulo destinado a IS Mobilidade Condicionada com 1 sanita e 1 lavatório (considerar 1 porta e 1 janela de ventilação) e deverá possuir as dimensões necessárias para o cumprimento das regras das acessibilidades.

Tipo 6: 1 módulo destinado a IS Feminino/ IS Masculino para docentes deverá ter a dimensão compreendida entre 6,00mx2,40m a 6,00mx3,00m e ser compartimentado com a seguinte definição:

- IS Feminino: 3 sanitas e 2 lavatórios (considerar 1 porta e 1 janelas de ventilação)
- IS Masculino: 3 sanitas, 1 lavatórios e 1 urinol (considerar 1 porta e 1 janelas de ventilação).

## **2. DISPOSIÇÕES COMUNS**

### **PAVIMENTO**

O pavimento deverá ser constituído por placas de partículas de madeira hidrófugo, fixas mecanicamente à estrutura e travessas.

Deverá apresentar acabamento em Vinil.

### **COBERTURA E TETO**

A cobertura deverá ser em chapa perfilada, com perfil trapezoidal contínuo, espessura 40/100 mm.

O isolamento deverá ser aplicado sob a chapa de cobertura em lã mineral com barreira de vapor, de 80 mm de espessura.

As caleiras deverão ser protegidas com sistema anti entupimento.

### **PARAMENTOS EXTERIORES**

As paredes exteriores deverão ser em painel sandwich.

Cada painel deverá ser composto por chapa de aço galvanizado de 40/100 mm em ambos os paramentos, com acabamento gofrado e lacado, núcleo e isolamento com lã mineral (densidade 100 kg/m<sup>3</sup>) ignífuga, de classificação A2S1d0.

### **VÃOS EXTERIORES**

#### **JANELAS**

As janelas deverão apresentar 2 folhas de correr, com vidro transparente e persiana de lâminas ou blackout.

#### **JANELA BASCULANTE (SANITÁRIOS)**

O vão deverá ser de abertura rebatível, indicado para as instalações sanitárias e com vidro foscos.

### **PORTAS EXTERIORES**

Porta de acesso de alumínio lacado a branco com painel sanduíche embutido, fechadura e puxador.



## **ACABAMENTOS**

### **TETO FALSO**

O teto falso deverá ser em chapa de aço galvanizado, pré-lacada e com isolamento fonoabsorvente.

### **VÃOS INTERIORES**

As divisórias deverão ser em painel sandwich, composto por chapa galvanizada 40/100, pré lacada, com superfície gofrada, núcleo e isolamento de poliuretano, idênticos aos paramentos exteriores.

A porta deverá ser com aro e pré-arco de aço lacado a branco, folha com acabamento idêntico ao dos paramentos interiores, equipadas com dobradiças duplas, fechadura de segurança com canhão europeu e puxador de muleta.

## **INFRAESTRUTURAS**

### **INSTALAÇÃO ELÉTRICA**

A instalação deverá ser dimensionada de acordo com as normas vigentes, compreendendo um Quadro Elétrico Geral, devidamente protegido a montante e um quadro parcial (um por sala, por IS ou outro espaço previsto e de acordo com peças desenhadas).

Os caminhos de cabos deverão ser aplicados sobre o teto falso, com aparelhagem de manobra saliente (interruptores) e embutida nos remates de canto das estruturas modulares (tomadas).

A iluminação deverá ser garantida por luminárias embutidas no teto falso em LED, devidamente distribuídas e em spot LED para as instalações sanitárias.

Todos os módulos deverão ser equipados com tomadas (230 V) de usos gerais e tomadas de circuitos de ar condicionado e termoacumuladores elétricos.

Deverão ser previstas a colocação de luminárias de emergência sobre as portas exteriores.

### **CLIMATIZAÇÃO**

A climatização do edifício deverá ser efetuada pela instalação de equipamentos de ar condicionado individuais, no mínimo de 9.000 Btus, 1 por sala com 1 módulo, 2 por salas com 3 módulos.

As unidades externas deverão ser dispostas, na cobertura, com tubagens ocultas em calha técnica.

A localização das unidades interiores deverá ser a adequada para permitir a correta instalação da rede de drenagem das mesmas.

A distribuição das unidades principais e as respetivas potências deverão ser as adequadas para cada compartimento, garantindo uma temperatura no Inverno de 21° C a 23° C e no Verão de 23° C a 25°C.

## **HIGIENIZAÇÃO**

Todos os módulos devem ser entregues devidamente higienizados.

## **REDE ABASTECIMENTO DE ÁGUAS PREDIAIS**

As tubagens interiores, à vista, deverão ser executadas em tubos de polipropileno com os respetivos acessórios, adequado ao funcionamento e devidamente dimensionadas, estando toda a instalação dotada de uma válvula de corte geral. As uniões e ligações são realizadas de forma a garantir a estanquicidade do conjunto.

A pressão de utilização não deverá ser superior a 3 bar e a velocidade de escoamento deverá ser inferior a 1,5 m/s.

## **REDE DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS**

As tubagens interiores, deverão ser executadas em tubos de PVC com os respetivos acessórios, adequado ao funcionamento e devidamente dimensionadas. As uniões e ligações deverão ser realizadas de forma a garantir a estanquicidade do conjunto.

## **EQUIPAMENTOS SANITÁRIOS**

Todos os equipamentos sanitários deverão ser de porcelana vitrificada branca, equipados com todos os acessórios necessários ao seu bom funcionamento, nomeadamente:

- As sanitas deverão ser dotadas com autoclismo de mochila.
- Os lavatórios deverão contemplar torneira de cotovelo.
- Os urinóis deverão contemplar fluxómetro.

Deverão ser considerados os seguintes acessórios: Suporte de rolo de papel higiénico, porta piaçaba, (em ABS), espelho, dispensador de toalhetes de papel e dispensador de sabonete líquido (em ABS).

O sanitário para pessoas com mobilidade reduzida, deverá ser executado segundo as normas e lei em vigor.

## **EQUIPAMENTOS DIVERSOS**

Deverá ser considerado um Termoacumulador de 100 Lts a ser colocado numa das salas do lote 1.

Deverão ser consideradas 4 bancadas em inox com tampo em melamina para colocação nas salas laboratórios indicados no lote 1.

## **EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIOS**

A instalação deverá cumprir os requisitos de SCIE. Assim, deverão ser considerados a instalação dos equipamentos de primeira intervenção necessários e adequados, devidamente sinalizados.

Deverão ser considerados a aplicação de extintores portáteis de pó químico ABC para todos espaços com risco de fogo de Classes A, B e C e extintores portáteis de dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>) para os locais com risco de fogo de Classes B, C e elétrico.

Deverão ser contempladas todas as placas de sinaléticas de saída de emergência para o circuito de evacuação.

## **TELECOMUNICAÇÕES**

Relativamente às redes de telecomunicações, deverá ser observado o seguinte:

- O conjunto 1 de módulos de contentores será composto por 2 partes, cada um com 12 salas de aula, a entidade adjudicatária é responsável pelo fornecimento e instalação da infraestrutura de telecomunicações, a partir de dois pontos de distribuição de rede, ou seja, efetuando a ligação desde as tomadas até aos dois bastidores a serem instalados, sendo um em cada uma das partes do conjunto.
- O fornecimento e a instalação dos bastidores anteriormente indicados serão da responsabilidade do Município.

O local de instalação dos módulos possui base de assentamento pelo que a mesma também não é considerada neste aluguer e bem assim a ligação à terra ou as ligações às redes de saneamento e abastecimento que venham a ser julgadas necessárias as quais serão efetuadas pelo Município da Lousã e não estão, portanto, consideradas no presente procedimento, salvo se estivermos a considerar as ligações descritas nos pontos anteriores.

## **3. TRANSPORTE, ENTREGA E MONTAGEM**

- Posicionamento das bases de assentamento;
- Acoplamento (montagem de remates no chão, pilares, teto e telhado);
- Desacoplamento (desmontagem de remates de chão, pilares, teto e telhado);
- Desmontagem de aparelhos de Ar condicionado, bancadas, quadros porcelana e extintores;
- Desmontagem de passadiços e escadas de acesso;
- Remoção das bases de assentamento fenólicas;
- Transporte de restituição.

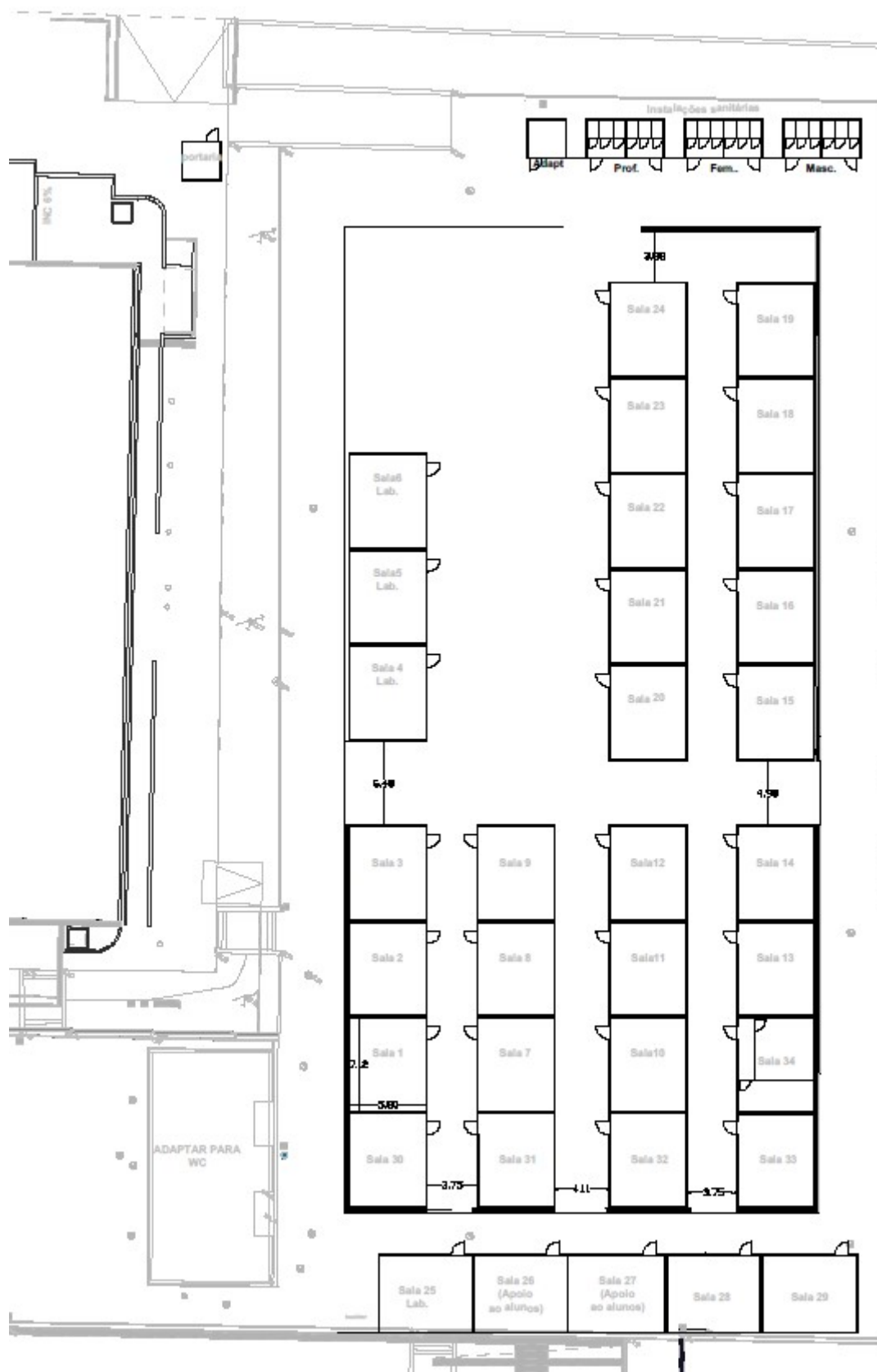
## Planta de Localização

### Lote 1



## Planta de implantação

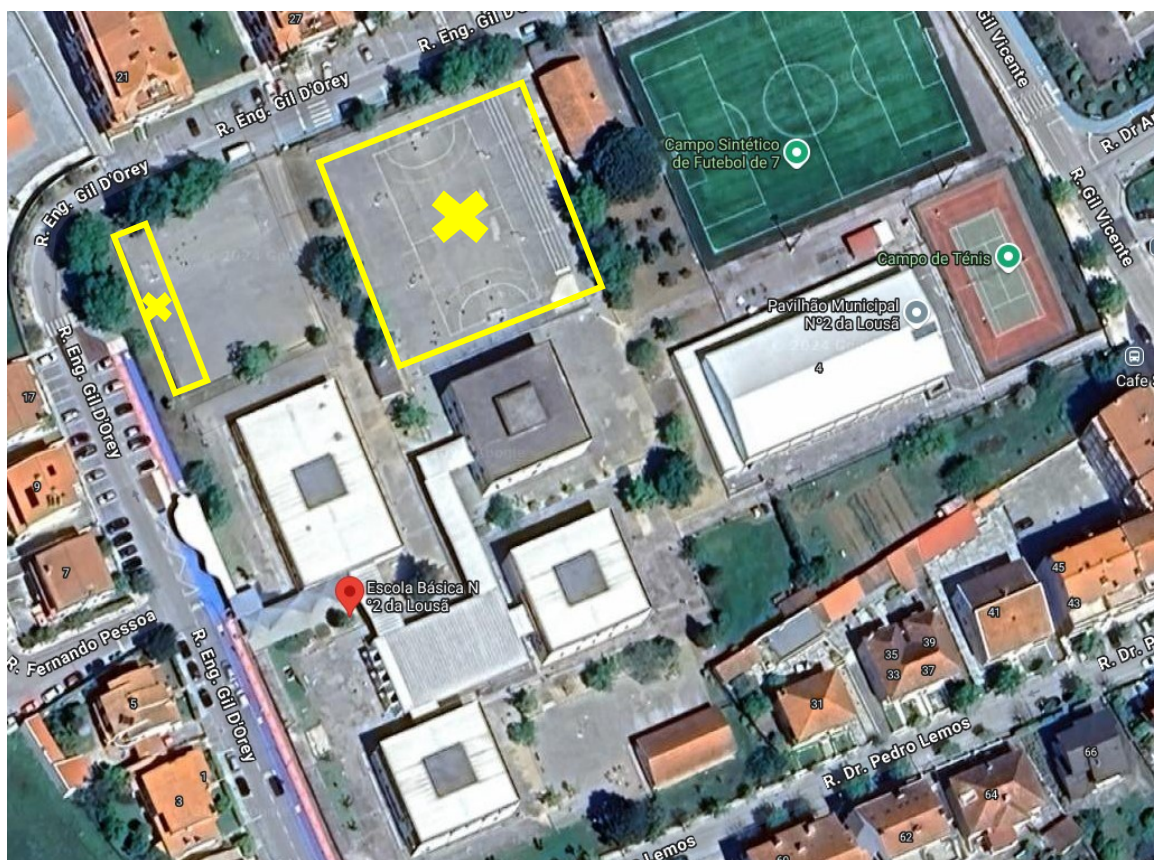
### Lote 1





## Planta de Localização

### Lote 2



## Planta de implantação

### Lote 2

